

Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade (Revisado)

Mais transparência nas cadeias de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade, respeito aos direitos dos trabalhistas e à proteção ambiental, e uma oportunidade de ir além dos requisitos básicos.

O desafio...

A sustentabilidade não é apenas sobre a produção, mas também sobre a forma como os produtos são comercializados. O Comércio Justo Fairtrade pretende promover práticas comerciais sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento e empoderamento dos produtores. O desafio é trazer maior equilíbrio e justiça às práticas comerciais, para ambos produtores e comerciantes, apesar de reconhecer a diversidade dos agentes envolvidos nas cadeias de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade, em termos de suas capacidades e funções.

Resumo das mudanças no Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade

Principais mudanças: Mais clareza sobre que requisito se aplica a que tipo de operador; Melhores Práticas Voluntárias além dos requisitos básicos; e cumprimento dos direitos trabalhistas e leis de proteção ambiental.

A quem o Critério se aplica?

Todos os comerciantes do Comércio Justo Fairtrade

Aplicável a partir de: 1 de setembro de 2015

Com exceção das seções de trabalho e ambiente: aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017.



O Comércio Justo Fairtrade responde...

O Comércio Justo Fairtrade revisou o Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade (anteriormente chamado de Critério Comercial) para garantir uma maior transparência nas cadeias de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade e para promover práticas comerciais mais justas.

Elementos de base de um comércio justo em foco

Um dos objetivos principais da revisão foi resolver problemas técnicos e melhorar a clareza do critério anterior. Contratos, pagamento de preço e prêmio, acesso a planos de pré-financiamento e de fornecimento continuam a ser os principais elementos do Critério. Eles foram esclarecidos e adaptados para melhor ter em conta a diversidade das relações comerciais. O foco é a maior transparência para permitir aos produtores e comerciantes ter uma relação comercial saudável e equitativa.

Envolvimento com toda a cadeia de fornecimento:

O critério revisado define melhor a quem cada requisito se aplica. O foco do Critério permanece nos compradores que têm relações diretas com os produtores, com o objetivo de garantir uma maior transparência nas transações do Comércio Justo Fairtrade e benefícios para os produtores. Mas também se esforça para envolver o resto da cadeia de fornecimento em práticas comerciais sustentáveis, através da introdução de novos requisitos e melhores práticas voluntárias para todos os agentes ao longo da cadeia.

Negociação com integridade

Um novo requisito, que proíbe "práticas comerciais injustas" em geral, fornece ao Comércio Justo Fairtrade uma ferramenta para aplicar sanções, onde casos flagrantes de práticas comerciais injustas forem descobertos, que por sua vez podem danificar os negócios de outros operadores ou a reputação do Comércio Justo Fairtrade. Uma definição de práticas comerciais injustas é fornecida, juntamente com uma lista não exaustiva de exemplos de casos para orientar a compreensão do requisito.

Novas Melhores Práticas Voluntárias vão além dos requisitos Básicos

A fim de proporcionar um quadro de melhoria contínua para os comerciantes em direção às melhores práticas comerciais, o novo Critério introduz as Melhores Práticas Voluntárias para além dos requisitos Básicos (obrigatórios). Embora o cumprimento com as Melhores Práticas Voluntárias não seja obrigatório, essas práticas serão auditadas com pontuações e estarão disponíveis para o comerciante como um conjunto de dados para mais melhorias. As Melhores Práticas Voluntárias referem-se principalmente ao apoio aos produtores em termos de capacitação, apoio financeiro e melhoria da informação de acesso ao mercado.



Além disso, elas também abrangem planos de fornecimento em toda a cadeia de fornecimento, compromisso a longo prazo, contratos tripartidos e redução do impacto ambiental (veja abaixo).

Direitos trabalhistas e proteção ambiental

Trabalho: A fim de garantir que os direitos dos trabalhadores que participam da cadeia de fornecimento de produtos do Comércio Justo Fairtrade estão protegidos, todos os comerciantes ao longo das cadeias de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade serão obrigados a estarem cientes das leis trabalhistas aplicáveis em seus países e das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e não devem haver indicações de que eles violam qualquer uma delas. As convenções da OIT mais relevantes dizem respeito à liberdade de associação, trabalho infantil, trabalho forçado e não-discriminação.

Ambiente: A fim de minimizar o impacto ambiental nas cadeias de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade, todos os comerciantes serão obrigados a estarem cientes das leis ambientais aplicáveis em seus países e não devem haver indicações de que eles violam qualquer uma delas. Além disso, os comerciantes não poderão utilizar materiais listados na Lista da Fairtrade Internacional de Materiais Proibidos (LMP) parte 1 (Lista Vermelha) em produtos do Comércio Justo Fairtrade. Além disso, como parte das Melhores Práticas Voluntárias, os comerciantes também serão encorajados a entender e minimizar os seus impactos ambientais diretos da produção do Comércio Justo Fairtrade, a usar embalagens biodegradáveis e a fazer esforços para reduzir a sua emissão de carbono.

Auditoria: Tanto os requisitos de trabalho quanto os de ambiente serão auditados a partir de 2017 por meio de uma "abordagem de garantia reativa"; os comerciantes precisam cumprir em todos os momentos, mas a frequência das auditorias adicionais será baseada em uma combinação de riscos conhecidos, alegações bem fundadas e amostragem aleatória.

Justificativa: Estes requisitos trabalhistas e ambientais pretendem nivelar o campo de atuação entre os requisitos trabalhistas e ambientais para os produtores e comerciantes, e, especificamente, entre as organizações de pequenos produtores que exportam por si mesmas e exportadores/processadores. Estes requisitos já estão consagrados em leis locais e nacionais na maioria dos países. O Comércio Justo Fairtrade sempre defendeu e esperou que os comerciantes cumprissem com essas leis. A adição destes requisitos ao Critério para Comerciantes dá ao Comércio Justo Fairtrade uma ferramenta para a ação quando violações do trabalho ou do direito ambiental forem identificadas, enquanto os custos adicionais de certificação são mantidos a um mínimo.



O critério revisado entra em vigor em 1º de setembro de 2015

Todos os requisitos (exceto de trabalho e meio ambiente) passarão a ser aplicáveis a partir de setembro de 2015.

Isso significa que eles serão utilizados em auditorias a partir dessa data. Os requisitos de direitos trabalhistas e de proteção ambiental serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2017, para dar aos comerciantes tempo suficiente para demonstrarem que eles cumprem (especialmente nas cadeias de fornecimento complexas), bem como permitir que o sistema do Comércio Justo Fairtrade desenvolva os procedimentos adequados e treine os auditores para garantir uma implementação bem sucedida.

Para mais informações sobre o critério, entre em contato com Fabienne Yver:

f.yver-external@fairtrade.net.

Sobre a Fairtrade International:

A Fairtrade International é uma organização global sem fins lucrativos que trabalha com agricultores e trabalhadores para melhorar suas vidas através de um comércio mais justo. Lideramos o sistema do Comércio Justo Fairtrade, desenvolvemos os Critérios do Comércio Justo Fairtrade e apoiamos os produtores. A Fairtrade International é donada Marca de Certificação FAIRTRADE, uma marca registrada reconhecida em todo o mundo. Saiba mais no seguinte endereço: www.fairtrade.net.

Fotos por Matt Crossick, Simon Rawles and Kenneth Havgaard